

EMANCIPAÇÃO AFROPINDORÂMICA: RUMO AO LEGADO ANCESTRAL DE NEGO BISPO

Otavio Henrique Ferreira da Silva¹

1. Início, meio, início

É lhe dizer que esta história de contra colonialismo e a decolonialidade ainda vai lhe render muito. Mas só pra pontuar a minha preocupação com a decolonialidade é que ela não tem trajetória, não tem um referencial histórico de decolonialidade. E ao contrário, existem vários referenciais históricos de contra colonialidade. Então, eu ainda insisto em dizer que a contra colonialidade é um referencial histórico, é uma trajetória concreta, e a decolonialidade, assim como o marxismo, ainda é uma teoria, na minha compreensão. Mais aí vai a declamação "Quando nós escrevemos mal ortografados e quando nós falamos meio desajeitado, quando nós cantamos desafinando e quando nós dançamos descompassado, quando nós pintamos borrando e quando nós desenhamos inviasado, não é porque estamos errando, mas é porque não somos colonizados" (BISPO DOS SANTOS, 2020, s/p).

Dia 03 de dezembro de 2023 às 17 horas e 41 minutos, virou ancestral o nosso grande pensador afropindorâmico Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, da Comunidade Saco do Curtume, no Piauí, mantendo o movimento da circularidade da vida: semear, geminar, brotar, frutificar, virar novas sementes; início, meio incío. Seus ensinamentos por meio da oralidade nos mostrou que sempre houve resistência dos povos afropindorâmicos contra a colonização imposta pelo povos euro-cristãos-monoteístas (BISPO DOS SANTOS, 2015). Assim, seja no simples fato de dançar, de desenhar, de cantar, de falar, sempre há um padrão que é exigido e que faz parte de uma estrutura de dominação que se volta contra aquelas que não são da matriz genética dos povos europeus e norteamericanos.

Tendo em vista a condição periférica do território brasileiro e de seu povo sendo atravessados pela condição de opressão do capitalismo econômico mundial destaca-se também a ancestralidade afropindorâmica do povo brasileiro. Isto é, antes de serem

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

periferia são afropindorâmicos. Conforme Bispo dos Santos (2015), “Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão tupi-guarani para designar todas as regiões e territórios da hoje chamada América do Sul. Utilizarei alternativamente colonização afropindorâmica para denominar a colonização nas Américas, enquanto um exercício de descolonização da linguagem e do pensamento” (BISPOS DOS SANTOS, 2015, p. 20). E é nesse sentido que indígenas e negros precisam somar esforços na luta contra o racismo e o etnocídio, pois ambos os grupos foram/são perversamente afetados pela colonialidade.

A geopolítica em que se localiza o povo brasileiro, é também de num contexto de uma Améfrica Ladina que conforme Gonzalez (2020):

Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e os “pardos” do IBGE) são ladino-ameficanos. [...] Enquanto denegação de nossa ladino-ameficanidade, o racismo “à brasileira” se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira) (GONZALEZ, 2020, p. 115).

Resgatar a condição afropindorâmica e ladino-ameficana que perpassa a vida do povo brasileiro, é fundamental na luta antirracista pela cidadania para não se perder de vista que há possibilidades de resistência contra-colonial² e, por isso, possibilidades emancipatórias que confluem num território marcado fortemente por pobreza, violência, racismo, fome, não cidadania, desemprego, desigualdades diversas, opressão de gênero, fundamentalismo religioso, falta de saneamento básico, situações essas que ao ocupar a

² Os conceitos contra-colonizar, descolonizar ou decolonizar, operam neste texto com o mesmo sentido. Iremos fazer a opção por utilizar o conceito contra-colonizar em maior parte dos casos, por assim entender, como Bispo dos Santos (2015; 2020), que se refere a uma experiência concreta e histórica, e não apenas teórica. Este conceito para nós se aproxima melhor da realidade social dos sujeitos oprimidos-periféricos, entendendo que a postura emancipatória está presente neles e não é externa a eles e nem é para eles (FERREIRA DA SILVA, 2022).

centralidade do enfoque analítico podem deixar ausentes os valores emancipatórios ancestrais, afropindorânicos, ladino-ameficanos, presentes no quer-fazer dos sujeitos oprimidos-periféricos. Nesse sentido, Freire (2019a) afirma não ser possível pensar os caminhos da luta emancipatória distante dos sujeitos oprimidos-periféricos, esta luta, porque justa, deve ser com eles, caminhando lado a lado e não sem eles, por eles ou “a luta deles”, é o caminhar sempre em busca da emancipação enquanto condição coletiva para o alcance do bem comum.

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos (FREIRE, 2019a, p. 41).

A condição de oprimido-periférico não é uma condição inexorável, é possível de ser radicalmente transformada. Como afirmam Bispo dos Santos (2015) e Gonzalez (2020), pensar os sujeitos oprimidos-periféricos para além da cultura do colonizador é um processo de contra-colonização da linguagem, do ser, do poder e do saber.

O que se objetiva com o pensamento decolonial é alcançar o processo emancipatório. O que pode ser percebido nas mais diversas vozes afropindorânicas e ladino-ameficanas que buscam contra-colonizar o sistema-mundo opressor, algo observado antes mesmo da decolonialidade ser sistematizada enquanto a teoria de um projeto emancipatório que parte dos povos negros (GOMES, 2020). Assim, o decolonial pode ser compreendido como emancipatório e a emancipação como decolonial, onde de(s)colonizar também é emancipar. Não se pode falar em de(s)colonização e emancipação sem partir dos povos afropindorânicos. Quem assim fizer, cometerá uma traição aos princípios da decolonialidade (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2020). Como destaca Bispo dos Santos (2020), na citação anterior, enquanto a decolonialidade e o marxismo são teorias, a experiência de vida dos povos negros e indígenas “é um referencial histórico, é uma trajetória concreta” da luta contra-colonial, para ser quem são, em sua própria cultura identitária. Tendo o socialismo como

um projeto de transformação emancipatória, nos parece a construção deste perpassa pelo decolonial, contra a colonialidade de raça, gênero, classe e ecológica.

Mas, enquanto futuro, o socialismo não será nunca mais do que uma qualidade ausente. Isto é, será um princípio que regula a transformação emancipatória do que existe sem, contudo, nunca se transformar em algo existente. Dada a acumulação de riscos indocilizáveis e inseguráveis, da catástrofe nuclear à catástrofe ecológica, a transformação emancipatória será cada vez mais investida de negatividade. Sabemos melhor o que não queremos do que o que queremos. Nestas condições, a emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social conforme estabelecido na nova teoria democrática acima abordada. O socialismo é a democracia, sem fim. Porque é uma qualidade ausente, o socialismo será tão adjetivado quanto for exigido pelas lutas democráticas. Neste momento, o socialismo será ecológico, feminista, antiproletária, pacifista e antirracista (SOUSA SANTOS; 1999, p. 238)³

Sem um fim definido, a luta emancipatória, cada vez mais consciente, terá como princípio contra-colonizar as veias fechadas pela colonialidade para torná-las veias abertas. O projeto emancipatório passa a mirar o horizonte de uma democracia sem fim, porque se esse sistema-mundo foi afetado profundamente pelas experiências democráticas, “virou um abismo, mas estamos dentro dele e não vamos sair. É uma questão que incomoda, mas é preciso estar nessa condição para poder produzir uma resposta em plena consciência. Consciência do corpo, da mente, consciência de ser o que se é e escolher ir além da experiência da sobrevivência” (KRENAK, 2020, p. 57). E diante o potencial do nosso povo contra-colonizador em “compreender e até de conviver com a complexidade das questões que esses processos tem nos apresentado” (BISPO DOS SANTOS, 2015, p. 97), é possível pensar a transformação da democracia liberal-colonial para uma democracia emancipatória, e da cidadania burguesa-colonial para uma cidadania emancipatória.

³ Aqui citamos apenas as contribuições teóricas de Boaventura de Sousa Santos ao debate emancipatório. Repudiamos sua postura nas relações interpessoais dentro do Centro de Estudos Sociais (CES), onde foi acusado de assédio sexual, tendo a Deputada Bella Gonçalves como uma de suas vítimas. Nós pesquisadores em ciências sociais com trabalhos já em andamento após a repercussão do caso aqui no Brasil, ainda estamos aprendendo a como lidar com essa situação.

Conceitualmente, observam-se usos alternativos para o que neste texto, a partir de Bispo dos Santos (2015), chamamos de contra-colonizar. Como já argumentamos anteriormente, contra colonização para nós opera com o mesmo sentido de descolonização, decolonização ou de(s)colonização, pois observamos que diferentes intelectuais atualmente ao utilizarem esses conceitos para referência da luta contra o colonial, estão mirando também a luta emancipatória. Porém, vale destacar que Walsh (2013, p. 24-25) aponta que a supressão do “s” busca superar um sentido de “um simples desmantelamento, desfazimento ou reversão do colonial”. Através deste jogo linguístico a autora procura

mostrar que não há estado nulo de colonialidade, mas posturas, posicionamentos, horizontes e projetos de resistir, transgredir, intervir, emergir, criar e influenciar. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínua em que “lugares” de exterioridade e construções alter-(n)ativas podem ser identificadas, visibilizadas e incentivadas (WALSH, 2013, p. 24-25, tradução nossa).

Já Maldonado-Torres (2020), destaca que o seu uso do conceito de descolonização está diretamente relacionado às lutas pela libertação dos movimentos que opunham ao sistema de colonização. E o uso da decolonialidade por trata-se de um

conceito [que] oferece dois lembretes-chave: primeiro, mantém-se a colonização e suas várias dimensões claras no horizonte de luta; segundo, serve como uma constante lembrança de que a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois do fim da colonização formal e da conquista da independência econômica e política (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 28).

Assim, a utilização do conceito de decolonialidade se faz usual, como demonstração de consciência que mesmo após as conquistas das independências através da instalação de democracias formais, liberais e burguesas, a descolonização não alcançou seu objetivo e a decolonialidade é a continuidade dessa luta. Fanon (1961, p. 175) havia destacado, anteriormente, que após a tomada do poder, os dirigentes negros das ex-colônias, que antes atuavam na organização da luta pela descolonização, passaram a se distanciar das massas e cada vez mais foram deixando-as desmobilizadas, e por isso “As massas começam a enfadar-se, a desviar-se, a desinteressar-se por essa

nação que não lhes reserva nenhum lugar". Com isso, o autor quer mostrar que a relação de poder do colonialismo que antes eram os brancos que colonizavam os negros, se reorganizou para os negros atuarem na própria colonização de outros negros. Por isso, decolonialidade deve ser compreendida como "uma luta que busca alcançar não uma diferente modernidade, mas alguma coisa maior do que a modernidade" (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 36). Alguma coisa diferente, maior e melhor para todos.

Ciente das diferentes possibilidades, neste texto, ao fazer a opção por nomear a ação decolonial como contra-colonizar, buscamos, deste modo, valorizar a experiência concreta de luta e resistência dos povos afropindorânicos desde o início do processo de colonização da ladino-américa, em 1492, e com isso não fazemos um apagamento dessas lutas históricas (BISPO DOS SANTOS, 2015).

Se é difícil precisar o que é emancipação, porque ela não é um fim em si mesmo, mas um permanente processo de contra-colonizar, pode-se observar algumas pistas no pensamento de intelectuais afropindorânicos e dos aliados. Fanon (2008) por exemplo, sugere que "queremos, nem mais, nem menos, criar periódicos ilustrados destinados especialmente aos negros, canções para crianças negras, até mesmo livros de história, pelo menos até a conclusão dos estudos" (FANON, 2008, p. 132). Bispo dos Santos (2015) acredita que "um dos meios necessários para chegarmos a esse lugar é transformarmos as nossas divergências em diversidades, e na diversidade atingirmos a confluência de todas as nossas experiências" (BISPO DOS SANTOS, 2015, p. 91). Ainda para o autor, o processo de emancipação envolve uma relação integral do ser humano-mundo.

Nesse sentido, ressaltamos a importância de biointeragirmos com todos os elementos do universo de forma integrada, a ponto de superarmos os processos expropriatórios do desenvolvimentismo colonizador e o caráter falacioso dos processos de sintetização e reciclagem do desenvolvimentismo (in)sustentável, pelo processo de reedição dos recursos naturais pela lógica da biointeração. Como vimos, a vida é mais simples do que parece, desde que as nossas condições de vivenciá-la não estejam movidas pelos sentimentos de manufaturamento e sintetização. Por isso, convidamos a nós mesmos e a todos aqueles que sempre nos atacaram a vivenciar conosco todos os nossos desejos, sonhos e possibilidades, materiais e imateriais, de emancipação humana na

diversidade, com a nossa capacidade de universalizar a vida a partir do processo de escolhas (BISPO DOS SANTOS, 2015, p. 100).

Na construção do projeto emancipatório afropindorâmico, a ruptura com a barreira existente entre colonizadores e colonizados é necessária, pois enquanto houver quem oprime, haverá também oprimidos, por isso o autor propõe “convidarmos a nós mesmos e a todos aqueles que sempre nos atacaram a vivenciar conosco”, e seria a partir deste momento que iniciaria “a autêntica luta para criar a situação que nascerá da superação da velha, [o que] já se está lutando pelo ser mais” (FREIRE, 2019a, p. 47). O ser mais gira entorno dessa condição pedagógica-política do ser humano, até então opressores e oprimidos, se ajuntarem para assumir um “processo de permanente libertação” (FREIRE, 2019a, p. 57). Segundo hooks (2013 p. 273), essa luta pela liberdade, pela emancipação, pela decolonialidade exige “de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir”.

2. Nossa voz, nossa vez: (re)pensar políticas públicas a partir das relações étnico-raciais

A confluência dos textos que compõe o dossiê “Nossa voz, nossa vez: (re)pensar políticas públicas a partir das relações étnico-raciais” da edição de número 31, do Volume 16 da Revista Perspectiva em Políticas Públicas (PPP), reflete o frisson de diferentes vozes dos povos oprimidos-periféricos para pensar as políticas públicas no Brasil. Entendemos, aqui, que confluir é caminhar ao lado da circularidade, dos giros, das gingas, da pluralidade de cosmovisões para se pensar a relação entre o ser humano e o mundo (BISPO DOS SANTOS, 2015).

Imagen 1 – Homenagem a Nego Bispo

Fonte: Autor desconhecido, 2023.

O texto de abertura, **Gênero, raça e direito à raiva: estratégias de vida de uma mulher negra**, escrito por Luane Bento dos Santos, propõe refletir sobre os sentimentos das mulheres negras diante do rechaço social. Aborda a raiva como um sentimento tácito, silenciado e moralmente coibido na sociedade. Escrito em primeira pessoa, baseia-se em relatos e experiências cotidianas da autora, alinhando-se ao conceito de escrevivência de Conceição Evaristo, aos debates dos Feminismos Negros e das Relações Étnico-Raciais. Utiliza métodos como levantamento bibliográfico, revisão de literatura e trechos do diário de campo da pesquisadora, além de poesias autorais para traduzir as emoções vivenciadas nos espaços mencionados.

Em **Mulheres negras em construção futura: como dororidade e escrevivência**, Arleam Francislene Martins Dias de modo ensaístico, trata da maneira como as mulheres negras estão fortalecendo suas identidades e impulsionando mudanças psicossociais na sociedade, contribuindo para a construção de novos caminhos. O objetivo do texto é apresentar abordagens que possam subsidiar a criação de políticas educacionais homologadas com a Lei 10.639/2003, além de políticas de qualificação e públicos que atuem como facilitadoras e multiplicadoras desse fortalecimento. Utilizando

a metodologia da Escrevivência, que envolve o compartilhamento de experiências para a construção de identidades renovadas, o texto sugere uma hipótese a ser explorada em outras pesquisas, indicando o Efeito Carbono.

Ana Carolina Marques Reis, Rayane Kênia Marques Reis sob orientação e coautoria de Otavio Henrique Ferreira da Silva (este mesmo quem vos escreve), apresentam em ***Escrevivências de duas mulheres, mães, lésbicas de relacionamento interracial e estudantes do curso de licenciatura em pedagogia***, a trajetória de duas mulheres, mães LGBTQIAPN+ de relacionamento interracial, abordando as demandas sociais em que estão sujeitas na formação universitária e na vida profissional. Utilizou-se da metodologia da escrevivência a fim de tentar visibilizar as trajetórias analisadas em interface com a educação, tomando como referência Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, autoras negras fundamentais para a cosmovisão do pensamento que conflui no texto. De uma forma geral, o artigo tornou-se um espaço importante para contar a trajetória das autoras principais enquanto atores sociais de suas próprias vidas.

O artigo de Viviane Martins, sob o título de ***Gênero e raça na política agrária*** discute as profundas desigualdades sociais a partir das lentes de gênero e raça, especialmente no contexto das políticas de reforma agrária. Destacando a influência histórica desses sistemas de opressão no acesso e controle da terra, o estudo surge em resposta à pressão de organizações de mulheres trabalhadoras rurais. Utilizando uma abordagem qualitativa de revisão bibliográfica e dados documentais, o período de 2003 a 2015 é central na análise, quando políticas sociais passaram a integrar demandas por igualdade étnico-racial e de gênero na reforma agrária. No entanto, apesar desses esforços, o estudo sugere que as ações governamentais de inclusão produtiva ainda não conseguiram interromper a reprodução das desigualdades sociais, como o classismo, o racismo e o sexism.

Em ***Estudos africanos e afro-brasileiros: dialogando, educação e assistência social, uma experiência na UNESP/Franca***, Marley Borges analisa a experiência da disciplina "Relações Étnico-Raciais na Sociedade Capitalista - no Brasil" oferecida na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais-Unesp/Franca no primeiro

semestre de 2023. Esta disciplina multidisciplinar foi destinada a estudantes de graduação e pós-graduação em Serviço Social, mas também envolveu docentes de escolas periféricas de Franca, SP, e assistentes sociais de unidades do CRAS. O trabalho destaca a importância de debates sobre relações étnico-raciais nas universidades para formar profissionais de assistência social e destaca a necessidade de integrar a educação para transmitir conhecimento sobre direitos às pessoas atendidas pelas políticas de assistência social. A metodologia utilizada envolveu abordagem qualitativa em Ciências Humanas, utilizando referências bibliográficas e fontes governamentais para explorar temas raciais além das perspectivas eurocêntricas. Os resultados demonstraram uma troca significativa de conhecimentos entre a Unesp/Franca, escolas estaduais e unidades do CRAS envolvidas na disciplina.

No texto ***Além da inclusão: desafios e possibilidades para promover a igualdade “racial” na educação brasileira***, Christian Muleka Mwewa aborda os desafios e possibilidades para alcançar a igualdade racial na educação brasileira, especialmente para os estudantes negros. Destaca avanços legislativos e políticas públicas, porém aponta lacunas na abordagem étnica nas instituições, especialmente na Educação Infantil. Baseado em teorias críticas de Adorno e Fanon, busca estimular reflexões sobre desigualdades educacionais e racismo estrutural, visando uma educação inclusiva e equitativa que valorize a diversidade cultural. Destaca a importância da capacitação dos profissionais, currículos inclusivos e valorização da diversidade cultural desde a infância. Conclui que o envolvimento dos movimentos sociais é crucial, e superar tais desafios requer engajamento social para uma sociedade mais justa, onde a educação seja um instrumento de emancipação e transformação.

De autoria de Tainara Batista Barros, o texto ***As políticas públicas para uma educação antirracista a partir das percepções e vivências de educadores/as infantis*** discute políticas públicas para combater o racismo na educação infantil, analisando dados de uma pesquisa com educadores/as em Teixeiras - MG. Destaca a necessidade de ações para implementar as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, fortalecer a formação dos educadores e reconhecer o racismo como um problema estrutural. Propõe

que as leis sejam aplicadas, os poderes públicos fiscalizem seu cumprimento, haja capacitação para os profissionais e um esforço coletivo para enfrentar um sistema opressor. Conclui que a luta antirracista é essencial para uma educação de qualidade.

Fábio Alexandre Ferreira Gusmão em ***Políticas de ação afirmativa na educação básica: implicações e tendências***, aborda as implicações das políticas de ação afirmativa na educação básica, buscando avaliar estudos empíricos sobre o tema. Aponta que as políticas de ação afirmativa na educação básica visam reduzir desigualdades e discriminações, buscando uma sociedade mais justa. O estudo destaca a necessidade de futuras pesquisas para avaliar as consequências das ações afirmativas na educação básica, apontando lacunas importantes a serem preenchidas nesse campo de estudo.

O artigo ***Violação dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil: o racismo como fator preponderante***, de Adeildo Vila Nova aborda a questão da violação dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, enfocando o racismo como um fator crucial para essa realidade. Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelecer importantes mecanismos de proteção, há uma discrepância entre a lei e a situação enfrentada pelos mais jovens no país. Ao longo de uma revisão bibliográfica crítica, destaca-se a persistência de violências e desigualdades, especialmente entre crianças negras. O racismo é identificado como um fator determinante nessas circunstâncias, influenciando diretamente direitos como vida, saúde, liberdade, dignidade, convivência familiar, educação, cultura e proteção no trabalho. Essa problemática é associada ao genocídio e altos índices de encarceramento e homicídios, afetando significativamente os direitos das crianças e adolescentes negros, que enfrentam institucionalização crescente e diversos tipos de maus-tratos.

Aquilombar, resistir e avançar trabalho desenvolvido por Jurutan Alves Silva aborda a necessidade crucial de representação nas esferas decisórias para a formulação de políticas públicas direcionadas às comunidades negras, conforme dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). Ele explora a história ancestral dos povos africanos escravizados no Brasil, destacando sua resistência ao longo do período de

escravidão e as batalhas por direitos após a abolição da escravatura, assim como os projetos de lei que emergiram após 2003. O texto enfatiza a importância de narrar essa história, relembrar este momento e ocupar espaços de poder para evitar que futuras gerações enfrentem os mesmos desafios vivenciados no passado. A pesquisa proposta visa a garantir que as políticas públicas reflitam as necessidades e realidades das pessoas negras, buscando assim uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Em ***Antirracismo e limites da democracia liberal: a proposição do ODS 18 - igualdade racial na agenda 2030 das nações unidas***, Ana Cristina Juvenal da Cruz discute o impacto político da proposição do ODS 18 - Igualdade Racial, um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Aponta-se que os debates sobre políticas antirracistas estão passando por uma reconfiguração, especialmente no contexto educacional, evidenciando mudanças nas propostas transnacionais após a Segunda Guerra Mundial. Argumenta que as estratégias para combater o racismo nas sociedades contemporâneas revelam limitações no modelo de democracia liberal, sugerindo que esse modelo não apenas falha no enfrentamento do racismo, mas também se alimenta da diferenciação racial, contribuindo para a manutenção da racialização de certas populações.

No texto ***A identidade cultural negra na cultura do brasil - reconhecimento e valorização afro patrimonial***, Luiz Cláudio Alves Viana aborda a influência do colonialismo nas políticas de proteção do patrimônio cultural brasileiro, especialmente no reconhecimento e na valorização da identidade cultural negra. Destaca como o pensamento decolonial e os estudos sobre decolonialidade ajudam a compreender os impactos persistentes da colonização nas estruturas sociais contemporâneas. Utilizando pesquisa bibliográfica, o estudo identifica a necessidade de ações governamentais mais específicas para a inclusão e preservação do patrimônio afro-cultural, apesar de reconhecer a importância das políticas existentes até então.

E Douglas Manoel, com o texto ***A desigualdade ainda está entre nós? Raízes da discriminação racial***, trata da persistência do racismo como um sistema estrutural na sociedade capitalista, destacando sua natureza sistêmica enraizada na história colonial

e escravocrata do Brasil. Enfatiza que o preconceito racial vai além de atitudes individuais, sendo um problema que viola os direitos humanos das populações negras, limitando oportunidades e perpetuando a violência. Propõe a implementação de políticas públicas amplas para abordar holisticamente o racismo, considerando a interseção entre raça, gênero e classe. Destaca a importância da inclusão ativa de pessoas negras nas esferas de poder para uma abordagem antirracista efetiva. Em resumo, convoca a um compromisso com a justiça social e a igualdade racial, instando a formulação de políticas públicas que assegurem a emancipação e a dignidade das populações negras.

Por fim, para fechar a abertura deste dossiê que também homenageia a passagem e encantamento do querido Nego Bispo, que agora é um ancestral do povo afropindorâmico, apresento a seguir uma carta escrita sob as águas de março de 2022 inspirado a partir de palavras deste grande educador durante os diálogos com Joviano Mayer (BISPO; MAYER, 2020).

3. Carta para Nego Bispo e Joviano Mayer

Olá queridos pensadores afropindorâmicos Nego Bispo e Joviano Mayer,

A gente ainda nem se encontrou e nem proseamos diretamente, mas já faz algum tempo que acompanho vocês.

Joviano, a primeira vez que lhe vi foi lá na ocupação Dandara em BH, na época eu fazia o Curso de Realidade Brasileira e fomos lá apoiar a luta do nosso povo que resiste pelo direito à moradia. Outra lembrança boa, foi o movimento que tu fez lá no mestrado de defender a dissertação no Espaço Luiz Estrela, achei muito foda, mesmo de longe, fiquei impactado com esse rolê. Na época da minha defesa de mestrado, me inspirei a levar a banca pra dentro da Câmara Municipal de Betim, o Paco, meu orientador, topou e fomos pra cima experienciar falar de participação popular/social na gestão da educação infantil da cidade. Foi legal, a galera dos nossos rolês por lá compareceu e teve uma moça que me disse que nunca imaginou participar de uma banca de mestrado.

Grande Nego Bispo, você fui conhecer mais recentemente, nestes dois últimos anos de escrita da tese de doutorado, quando se deu

minha aproximação com o pensamento decolonial. Minha identificação com o teu pensamento foi logo de primeira, porque realmente vi em você um tradutor dos saberes dos povos oprimidos-periféricos, me senti representado.

Agora no doutorado, quando encontrei os registros escritos e orais dos diálogos entre vocês dois, achei sensacional, foi como um reencontro comigo mesmo, com questionamentos que sempre tive em mim e diálogos em que sempre quis participar, mas que infelizmente essa merda colonialidade não nos permitia às vezes ser/fazer.

Início, meio e fim é uma prosa que todo mundo deveria prestigiar, ali vocês falam de muita coisa e o mais belo é sacar essa busca do diálogo com outras pessoas.

Nas minhas escritas dos últimos tempos, fiz um ajuntamento de várias ideias emancipatórias e chamo de teoria decolonial-emancipatória, no fim das contas tento passar uma mensagem de que precisamos urgentemente contra-colonizar a educação das crianças, começando lá na educação infantil, a idade dos 0 a 5 anos. Enfim, espero em breve que possamos nos esbarrar por aí, trocar umas ideias, tomar um suco, contra-atacar opressões e o que vier. Meu amigo Moussa Diabate vai curtir demais também prosear com vocês, pois sempre trocamos reflexões contra-coloniais e afropindorâmicas e vocês são referências pra gente. Acho que me tornei um pesquisador de educação de crianças porque sempre moveu/moveu em mim esse desejo pelo orgânico. É ruim demais esse lance de pensar distante do fazer.

Um abraço pro cês.

Otavio Henrique Ferreira da Silva.
Contagem, março de 2022.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília: INCIT/UNB, 2015.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Testemunho na banca de defesa de tese de doutorado de Joviano Mayer.** UFMG, outubro de 2020. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=SPQTwGx9sGs>>. Acesso em 13 fev. 2022.

BISPO DOS SANTOS, Antônio; MAYER, Joviano Maia. Início, meio, início: Conversa com Antônio Bispo dos Santos. **Indisciplinar**, v. 6, n. 1, p. 52-69, 2020.

FANON, FRANTZ. **Os condenados da terra.** Serafim Ferreira (trad.). Lisboa: Editora Ulisseia, 1961.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Renato Silveira (trad.). Salvador: EdUFBA, 2008.

FERREIRA DA SILVA, Otavio Henrique. **A (não) educação da primeira infância periférica para a cidadania:** por saberes e fazeres decoloniais e emancipatórios. 2022. 409 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 68. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019a.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: GROSFOGUEL, Ramón; BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Marcelo Brandão Cipolla (trad.). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: GROSFOGUEL, Ramón; BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales Tomo I:** prácticas insurgentes de resistir,(re)existir y (re)vivir. Editorial Abya-Yala, 2013.